

## **A POLÍTICA DO INSTITUTO AYRTON SENNA NO MUNICÍPIO DE CABEDELLO/PB**

**Priscila dos Santos Ferreira Dias – PPGE/UFPB**

[profprisciladias@gmail.com](mailto:profprisciladias@gmail.com)

**Luiz de Sousa Junior – PPGE/UFPB**

[luizsjunior@uol.com.br](mailto:luizsjunior@uol.com.br)

**Resumo:** O artigo tem por objetivo avaliar ações do Instituto Ayrton Senna (IAS) em um município do estado da Paraíba. O IAS tem atuado em parcerias junto aos sistemas públicos de ensino para melhoria do desempenho das redes de ensino. Este estudo coteja os resultados obtidos pelo sistema municipal de educação com relação ao IDEB e outros indicadores fornecidos pelo INEP com o sistema de informações do IAS. Abordando a teoria de quase-mercado discute-se o modelo de gestão educacional focado no desempenho com base no padrão de gestão empresarial.

**Palavras-chave:** IAS; educação; quase-mercado

O artigo tem por objetivo avaliar a política de intervenção do Instituto Ayrton Senna em um município paraibano. Neste estudo o ideário neoliberal brasileiro emerge com a implantação do PDRAE (BRASIL, 1995), no governo FHC, que potencializando o estado mínimo contribui com a disseminação de organizações não-governamentais para cumprir atribuições do Estado.

Surge nesse contexto o IAS – Instituto Ayrton Senna propondo parcerias junto aos sistemas públicos de ensino para melhoria do desempenho das rede de ensino como sustentáculo para o avanço do desenvolvimento humano com base na utilização de tecnologias sociais voltadas para a educação.

Desde 2001 o IAS atua com a execução da sua política educacional na primeira fase do ensino fundamental do município de Cabedelo através dos Programas que compõem a Rede Vencer. Este estudo apresenta os resultados obtidos no referido município pautado no IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e na Taxa de Reprovação (TR) segundo o INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e SIASI – Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações.

Abordando a teoria de quase-mercado discute-se inicialmente o modelo de gestão educacional focado no desempenho, desenvolvido na esfera pública, com base no padrão de gestão empresarial.

## **Globalização e mercantilização da educação**

As disparidades socioeconômicas no mundo globalizado se intensificaram com a competição entre as nações no que diz respeito à produtividade e acúmulo de capital. Por outro lado, as disfunções geradas no mercado em função do avanço tecnológico e desenvolvimento industrial dos países do primeiro mundo passaram a servir como indicativo de desigualdade entre os povos. O capital humano adquiriu relevância determinante para assegurar a manutenção de grupos detentores de influência político-social nos países em desenvolvimento.

A relação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade de intervenção humana torna-se então, cada vez mais evidente, assim como a necessidade de formar agentes econômicos aptos a utilizar as novas tecnologias e que revelem um comportamento inovador. Requerem-se novas aptidões e os sistemas educativos devem dar resposta a esta necessidade, não só assegurando os anos de escolarização ou de formação profissional estritamente necessária, mas formando cientistas inovadores e quadros técnicos de alto nível (DELORS, 2006).

O ideário neoliberal encaminha a sociedade a uma referência de impessoalidade, além da imposição de uma relação cada vez mais distante com o seu próprio contexto, fazendo-a assumir um padrão unificado baseado nas sociedades do primeiro mundo, cujo exemplo de tal situação pode ser dado pela influência dos Estados Unidos na cultura e economia dos países latino-americanos.

A ideologia de mercado representada pelos novos heróis culturais da mobilidade social, da riqueza, do sucesso e do discurso do lucro, alerta a sociedade para que, se não estiverem enquadrados no tipo de racionalidade baseada na lógica do *homo economicus*, estará fadada a imergir na crise profunda de seu próprio sistema cultural e social. Enfim, estará condenada ao empobrecimento. E as populações que não se adaptarem a esse sistema e não estiverem enquadrados no estilo de vida da relação compra e venda, segundo esse paradigma, dificilmente poderão vivenciar o novo estilo de cidadania moderna (PEREIRA, 2007:02).

O Estado neoliberal, cada vez mais com suas ações minimizadas, assume a função de mero arrecadador de impostos deixando de servir aos interesses da Sociedade e ainda adotando como cultura a privatização das esferas públicas como se vê na saúde,

na previdência social e na última década, mais nitidamente na educação brasileira nas últimas décadas.

As políticas educacionais são utilizadas como instrumentos coercitivos para a internalização do capital, solidificando a idéia de que a educação é um objeto de expansão nas sociedades neoliberais, cuja comercialização do conhecimento indica que esta se mantém como produto para atendimento das necessidades do Mercado.

Nesse sentido, as instituições educacionais assumem o papel de formar indivíduos, contribuindo com a melhoria das suas relações sociais, além do fortalecimento das suas intenções políticas. Porém, cada indivíduo considera seus próprios interesses e ainda levam em conta os bens materiais que possuem. O conhecimento passa a ser embasado em valores que se voltam para o mercado como reflexo das ações do Estado neoliberal na sociedade.

A educação, em virtude de tais fatos, ao invés de desenvolver habilidades que contemplem os valores humanos e o conhecimento como conseqüente resultado de sua práxis passa então a evidenciar a cultura de mercado, onde os investimentos nela realizados passam a ter o lucro como objetivo de realização. Porém com o passar dos anos, a influência do mercado na educação deixou de ser expressa apenas pelo setor privado. Desta maneira, o Estado deixou de lado os seus referenciais no cumprimento dos pressupostos que garantem às bases sociais de acesso e permanência a escola, onde a eliminação dos direitos públicos à educação passa a ser compreendida como um fenômeno político-econômico e a sociedade assume definitivamente a cultura da globalização. Esta por sua vez é controlada por sistemas financeiros que condicionam a gestão educacional aos princípios da produtividade, evidenciando com isso os efeitos do mercado na universalização do direito à educação.

O mercado educacional apresenta peculiaridades no que diz respeito ao produto nele consumido, bem como nas suas referências de valores, pois esta possui natureza procedimental. Sendo assim, esta natureza nas práticas gerenciais da educação pode ser percebida nas implementações de tecnologias diferenciadas que remetem valores evidenciando o marketing dos serviços nela prestados tornando as suas organizações mais competitivas.

Na oferta dos serviços educacionais, a adoção de mecanismos típicos de mercado é bastante evidente. Seja por razões geográficas, em uma mesma região não é grande o número de “escolhas” disponíveis seja por limitações à concorrência devido às regulações governamentais (WHITTY, 1998:193-213).

Com isso, percebe-se que um dos aspectos levados em conta, na relação mercadológica no setor público é a concorrência e esta se consolida numa rede de ensino através da competição entre as instituições educacionais, ou pode-se dizer entre as organizações, se levamos em conta a específica linguagem do modelo empresarial capitalista.

Quando a organização referida trata-se de um sistema de ensino público, começam a aparecer as diferenças de manutenção dessa estrutura, pois as demandas financeiras variam de instituição para instituição devido aos valores monetários captados e a utilização de tecnologias visando o seu gerenciamento. A concorrência, então, dentro da própria rede começa a diferenciar os estabelecimentos de ensino.

O pressuposto do modelo de competição é de que os consumidores podem escolher a unidade de serviço público de maior qualidade. Contudo, esse pressuposto nem sempre é verdadeiro, pois nem todo o consumidor tem a possibilidade de escolher de fato o equipamento social que mais lhe agrada, em virtude de obstáculos geográficos e financeiros, os quais dificultam o acesso a todas as unidades de serviço público. Ademais, se todos os consumidores (ou boa parte deles) escolherem um número limitado de equipamentos sociais, estes ficarão lotados e tenderão também a perder qualidade (ABRUCIO, 1999:189).

Como alternativa para o enfrentamento de uma problemática conjuntural, o Estado introduz concepções de gerenciamento privado na educação; sem alterar a sua natureza pública, ou seja, as instituições continuam mantendo o seu caráter estatal, apesar das tecnologias utilizadas caracterizarem a organização sistêmica empresarial.

Dessa maneira, instituí-se no setor público o que se caracteriza como quase-mercado educacional; questão esta tratada como uma forma indireta de privatização, entendida assim por Almerindo J. Afonso: “quase-mercados são mercados porque substituem o monopólio dos fornecedores do Estado por uma diversidade de fornecedores independentes e competitivos. São quase porque diferem de mercados convencionais em aspectos importantes”. (AFONSO, 2000:115).

Esta combinação específica de regulação do Estado e de elementos de mercado no domínio público, na nossa perspectiva, explica que os governos da nova direita tenham aumentado consideravelmente o controle sobre as escolas<sup>1</sup> e, simultaneamente, tenham promovido a criação de mecanismos como a publicitação dos resultados escolares, abrindo espaço para a realização de pressões competitivas no sistema educativo (AFONSO, 2000:116).

Nesse sentido, os sistemas educacionais públicos apresentam seus resultados através de mecanismos gerenciais que possibilitam o ranqueamento dos seus índices. E para mensurá-los de forma mais concreta, por assim dizer, apropriam-se das tecnologias organizacionais transformando-as em produto de consumo com a finalidade de evidenciar a sua capacidade de funcionamento, o que até então era apontada como ineficaz e ineficiente.

As políticas educacionais implementadas nos estados e municípios passaram a ter como meta atingir índices de desempenho nas redes de ensino; competição esta adotada como princípio de melhoria de qualidade pelo próprio Estado. O Estado passa a adotar na gestão da educação pública um *ethos* competitivo decalcado no que tem se designado por neodarwinismo social, passando admitir a lógica do mercado com a importação para o domínio público de modelos de gestão privada, cuja ênfase é posta nos resultados ou produtos dos sistemas educativos (AFONSO, 1998).

A idéia de quase-mercado tem redimensionado os sistemas educacionais brasileiros, estabelecendo uma lógica onde o papel do Estado absorve o conceito de qualidade como forma de determinar o aumento da produtividade gerada pelas instituições.

As avaliações que mensuram o desempenho dos sistemas apontam uma práxis reprodutivista da lógica de mercado, onde gestores se preocupam com os seus clientes em potencial através do produto ofertado, este por sua vez deve agradar o consumidor (cliente) na sua aparência, seu *modus operandis* e viabilidade e acesso.

Desta maneira, trata-se de explicitar como as iniciativas em curso têm se pautado na perspectiva da privatização do ensino, via mecanismos de gestão, sendo potencialmente capazes de produzir impactos sobre os sistemas e instituições escolares, alterando o seu funcionamento e o modo como vêm organizando o seu trabalho (ADRIÃO, 2001).

A relação de quase-mercado com sistemas de ensino determina o reducionismo dos modelos avaliativos à mera medida procedimental de fiscalização visando apenas o acompanhamento e controle da produtividade desses sistemas e assim perdendo a abrangência significativa da avaliação como instrumento de transformação do contexto educacional.

De acordo com essa política, a escola deveria ser “libertada” do Estado, gerida como uma empresa, no quadro de um sistema de concorrência gerado pela livre-escolha da escola pelos pais. Isso permitiria a utilização de critérios de rentabilidade e eficácia

baseados na “satisfação do consumidor”, cujos efeitos incidem sobre o próprio sistema de alocação de recursos públicos. (APPLE, 2002:80-98)

### **A política do Instituto Ayrton Senna no município de Cabedelo**

Localizado na região da mata, área metropolitana de João Pessoa, com 31 km<sup>2</sup> (IBGE, 2008), Cabedelo é um Porto Fluvial situado na península entre o Oceano Atlântico e a Foz do Rio Paraíba. Com uma população de 49.728 habitantes (IBGE, 2007), o município teve durante muito tempo a pesca, principalmente a lagosta e a baleia, como a principal atividade econômica. Atualmente a economia é baseada na Indústria, Comércio e Turismo.

Na atualidade o município de Cabedelo possui 35 instituições públicas de ensino, sendo 29 escolas e 06 creches que visam atender a demanda populacional da educação básica local. No decorrer dos anos, a universalização da educação passou a ser considerada meta prioritária no município visando à garantia de acesso à população de ensino fundamental.

No ano 2001, juntamente com o município de Cabedelo/PB, outros 90 municípios paraibanos aderiram à parceria com o Instituto Ayrton Senna - IAS - adotando pelo menos um dos seus programas. O mais conhecido deles seria o Programa de Correção de Fluxo composto pelo Se liga e Acelera Brasil. Outros programas como o Circuito Campeão e Gestão Nota 10 só foram efetivados junto aos municípios que ao concretizarem a parceria, assumiriam também a responsabilidade de consolidar a sua política educacional através de ações comprometidas com a valorização do magistério e com a melhoria dos índices educacionais oficiais do município.

Para efetivarem uma política educacional democrática, os municípios tiveram ainda que assumir o compromisso de elaboração do seu Plano Municipal de educação (PME), implantar o Plano de Cargos e Salários para os profissionais do magistério, implantar também o processo eletivo para gestores escolares, além de submeter os alunos do sistema municipal de ensino à avaliação externa a fim de traçar seus objetivos e metas pautados na gestão de resultados.

Assim, a parceria com o IAS, no município de Cabedelo/PB, se deu através de um termo de adesão em que se formalizava a adesão da rede municipal de ensino a todos os programas destinados pelo Instituto ao Estado da Paraíba visando correção de fluxo, acompanhamento pedagógico e monitoramento da gestão.

O IAS, a partir de então, passou a atuar no primeiro segmento do ensino fundamental buscando a sistematização do trabalho pedagógico e administrativo das escolas municipais e Secretaria da Educação. Para isso, iniciou a formação em serviço de uma equipe de técnicos da Secretaria Municipal de Educação e dos gestores escolares a fim de que esses indivíduos se tornassem agentes multiplicadores dos seus programas e tecnologias sociais.

A utilização das tecnologias sociais do IAS nas escolas se caracteriza principalmente pelo uso de instrumentos de coleta e registros de informações acerca do processo de aprendizagem discente e da sistematização pedagógica do mesmo. O IAS considera quatro variáveis básicas para a realização do acompanhamento pedagógico nas escolas: a) frequência discente; b) frequência docente; c) para casa feitos<sup>2</sup>; d) livros lidos. A partir do controle dessas variáveis, obtêm-se em seus resultados o reflexo do que foi registrado nos instrumentos, mensurando assim o desempenho acadêmico de cada unidade de ensino.

O monitoramento da gestão escolar, realizado pelo gestor da escola e supervisionado pela superintendência do programa Gestão Nota 10 – composta por técnicos da Secretaria de Educação – através de visitas sistemáticas às unidades de ensino e de instrumentos de dados que possibilitam uma visão panorâmica da estrutura e desempenho da escola e dos programas implementados no interior da mesma.

As tecnologias utilizadas, em Cabedelo, nos Programas de Correção de Fluxo, alfabetização e gestão educacional compõem a Rede Vencer. Esta por sua vez articula as ações do IAS com a realidade do município visando o desenvolvimento humano a partir da melhoria da qualidade na aprendizagem dos alunos. Para tanto, permite a potencialização dos recursos utilizados através da estipulação de indicadores de sucesso, diagnósticos da realidade educacional, relatórios de acompanhamento, intervenção e avaliações de processo e de resultado pautam o trabalho técnico realizado. Todas essas atividades são registradas na base de dados do IAS – o SIASI – Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação.

Dessa forma, o IAS consolidou o seu espaço e influência com uma política própria em Cabedelo/PB. E com a mudança do governo municipal que por sua vez, incorporou a sua práxis educacional no rol dos poucos municípios brasileiros que incorporaram a Rede Vencer, desde 2005 este reafirmou a sua hegemonia, solidificando a proposta de desenvolvimento humano para a educação municipal.

## **Os resultados de desempenho em Cabedelo/PB junto ao Instituto Ayrton Senna**

O município de Cabedelo/PB, com a implantação do monitoramento e acompanhamento pedagógico do sistema de ensino consolidou uma práxis da gestão educacional nos termos propostos pelo IAS através da Rede Vencer referente ao seu desempenho acadêmico. A sistemática para a obtenção dos resultados é pautada no monitoramento instrumental das atividades pedagógicas, além do processo de avaliação externa realizada junto aos discentes das séries iniciais do ensino fundamental.

A prioridade de atendimento às séries iniciais e a preocupação com a alfabetização dos discentes é o que rege a prática do acompanhamento pedagógico nos programas que compõem a Rede Vencer. A outra via de controle para o acompanhamento pedagógico é o monitoramento da gestão escolar a partir do desempenho dos alunos, o que por sua vez apontará os resultados obtidos no SME quando consolidados na secretaria de educação pela equipe técnica e superintendência do IAS no município. São estes resultados que mensuram a evolução do sistema a partir da efetivação da práxis da gestão monitorada. Para a obtenção dos resultados da gestão adotada pelo IAS no município, segundo a Secretaria de Educação de Cabedelo (2008), considerou-se sete indicadores que garantem o sucesso e o cumprimento de metas. São eles:

- I - Que o aluno tenha 200 dias letivos/800 horas aula por ano;
- II - que o professor tenha uma frequência de 98%;
- III - que o aluno tenha uma frequência de 98%;
- IV - que a reprovação por faltas (abandono) não ultrapasse 2%;
- V - que o índice de aprovação seja de, no mínimo, 95%;
- VI - que a defasagem entre idade e série (correção de fluxo) seja de, no máximo, 5% de distorção e;
- VII - que a alfabetização na 1ª série do ensino fundamental (crianças com 7 anos) alcance o índice de 95%.

Para definir os melhores desempenhos, portanto, foram avaliados os parâmetros de ‘matrícula atual’, ‘reprovação por frequência’, ‘reprovação por desempenho’, ‘taxa de reprovação’ e ‘alfabetização na 1ª série’, considerando que para ter sucesso da execução do acompanhamento pedagógico está na condição de mensurar



quantitativamente o processo de aprendizagem de forma mais fidedigna possível à realidade escolar de cada aluno.

Tem-se neste estudo a reprovação como a principal variável a ser mensurada no monitoramento da gestão, pois o entendimento de que este fator é o que determina o comprometimento do desenvolvimento humano do município em virtude da influência do IDH-E. A maior preocupação passa a ser neste sentido a manutenção da qualidade de ensino e sistematização da práxis pedagógica para a garantia de melhoria no índice de desempenho acadêmico. Sobre isso, o SIASI aponta significativo decréscimo no índice de reprovação das séries iniciais do ensino fundamental, nos anos 2005 e 2007, mesmo período dos resultados do IDEB conforme aponta a tabela a seguir:

Tabela 1: índice de reprovação das séries iniciais do ensino fundamental, nos anos 2005 e 2007

	2005	2007	Varição (2005-2007)
1ª série	42,2%	29,6%	29,8%
2ª série	26,7%	14,8%	44,6%
3ª série	21,7%	16,8%	22,6%
4ª série	22,1%	8,5%	61,5%
Total	29,5%	15,3%	48,1%

Fonte: Os autores com base nos dados do SIASI – Controle Final de Desempenho dos Alunos

A variação percentual entre os anos-base de avaliação do SME mostra uma significativa diminuição na taxa de reprovação em Cabedelo/PB. O que se observou em relação a este fato é que houve um efeito regressivo no baixo desempenho a partir do monitoramento dos resultados parciais (bimestres letivos) obtidos no contexto escolar, devido a uma política de promoção automática nas séries iniciais do ensino fundamental. A isto também se deve a possibilidade de adotar intervenções necessárias para alterar a predominância da repetência, variável educacional que afirma o fracasso escolar. Segundo João Batista A. e Oliveira (2002:47):

A favor da promoção automática existe o apelo político e prático: com um decreto, lei ou resolução resolve-se, com o bico de pena, um problema de quinhentos anos. Em pouco mais de cinco anos o fluxo escolar pode estar corrigido, a pirâmide típica de país subdesenvolvido transforma-se no cilindro característico dos países desenvolvidos. É como um toque de magia.

O referido autor trata a promoção automática como uma variável que determina a diminuição da taxa de reprovação sob a análise de que a mesma adota o processo contínuo de aprendizagem evitando o fracasso e que a repetência quando em alto índice favorece a evasão e por isso esta prática passou a ser uma estratégia utilizada na educação brasileira. Porém afirma Torres apud J. B. A. e Oliveira (2002:48) que não se pode afirmar que “a promoção automática aumenta a aprendizagem. Alguns países que adotaram essas políticas, inclusive em algumas redes de ensino no Brasil, começam a revisar suas práticas”.

O controle do desempenho acadêmico do SME através do SIASI também apontou os efeitos do acompanhamento pedagógico sistematizado nas 1ª e 2ª séries do ensino fundamental, pois o desempenho acadêmico das turmas possibilitou uma brusca queda percentual do fracasso escolar através da diminuição da repetência. E por outro lado, na 4ª série essa redução no índice de reprovação garantiu um maior fluxo de alunos na primeira etapa da referida modalidade de ensino.

### **O Índice de Desempenho da Educação Brasileira (IDEB) e a realidade educacional de Cabedelo**

O IDEB foi criado em 2005 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) como um instrumento facilitador para a mensuração do desempenho escolar das redes de ensino. Projetou-se o índice até o ano 2022, numa escala de 0 a 10, cuja média fixada foi 6 (seis) por ter considerado o resultado dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No primeiro ano de vigência a média nacional foi de 3,8. Este resultado evidenciou o que até então era empiricamente especulado no cenário brasileiro – a educação necessitava de medidas bruscas de intervenção, pois se apresentava deficitária na maior parte do país; encontrava-se muito distante dos resultados obtidos pelos países desenvolvidos apontado pela OCDE.

As regiões norte e nordeste apresentam até o momento os menores índices de desempenho, mostrando a emergente necessidade de redimensionamento das políticas públicas educacionais voltadas para a educação básica. O esforço direcionado à melhoria da qualidade do ensino nos anos 2000 apontou no IDEB reflexos positivos no

SME - Cabedelo/PB no que diz respeito à progressão do seu desempenho acadêmico, garantindo ao município um desempenho de destaque no Estado.

No cenário paraibano, os resultados obtidos pelo município não se mostraram expressivos em 2005 mas, em 2007, foi surpreendente o desempenho do município de Cabedelo, conforme quadro abaixo. Os resultados obtidos no IDEB pelo município estudado apontam que houve um aumento no desempenho acadêmico, conforme gráfico abaixo. A elevação no índice foi mais significativa do que o crescimento médio estadual e nacional - o que de imediato garante empiricamente uma ascensão quantitativa do SME.

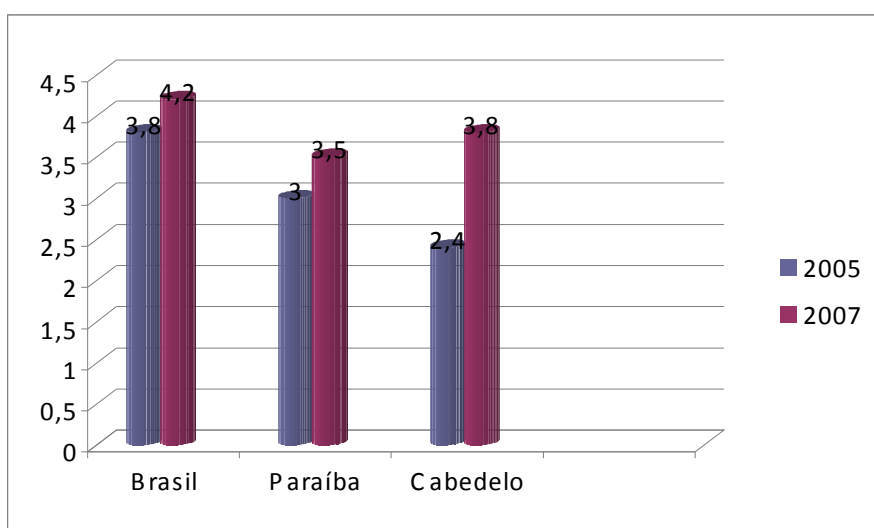


Gráfico 1: Resultado do IDEB 2005/2007 da 1ª fase do Ensino Fundamental de Cabedelo/PB

Fonte: Os autores com base em dados do INEP/MEC (2008)

Num intervalo de dois anos, foi evidenciado um significativo crescimento no IDEB de Cabedelo/PB. A práxis do monitoramento e o controle de desempenho acadêmico, através da utilização das tecnologias do IAS, podem ter sido fatores que possibilitaram dentro do SME a adoção de medidas de intervenção em tempo hábil para propiciar a mudança das ações que não resultavam em índices positivos. Além disso, o acompanhamento pedagógico permitiu que os processos avaliativos de SME respaldassem o desenvolvimento da aprendizagem discente justificando assim a progressão dos resultados da Prova Brasil conforme aponta o quadro a seguir:

Os índices de desempenho que apontam a melhoria na projeção da TR (taxa de reprovação) das séries iniciais são confirmados com os resultados avaliativos da Prova

Brasil. Porém, os índices de desempenho, quando comparados aos índices referenciais do IAS, apesar de expressivos, não apresentam grandes avanços.

Apesar dos resultados que indicam o desempenho do SME de Cabedelo/PB terem sido gerados a partir da base de dados do INEP, detectou-se nas taxas entre 2001 e 2005 evidentes distorções nos números processados nos indicadores demográficos e no Edudata Brasil; este último apresenta variações quando seus valores são comparados com os demais dados que remetem os índices de desempenho do município, conforme quadro abaixo.

Fase/Nível		Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Indicadores	EDUDATA	Indicadores	EDUDATA	Indicadores	EDUDATA
1ª série / 2º ano do EF	2001	53,2	50,2	34,3	31,7	12,5	18,1
	2005	57,6	53	31,8	28,2	10,6	18,8
	2007	64,7	-	29,9	-	5,4	-
2ª série / 3º ano do EF	2001	68,2	65,4	21,5	19,5	10,3	15,1
	2005	71,5	66,1	22,2	19,2	6,3	14,7
	2007	79,3	-	17,8	-	2,9	-
3ª série / 4º ano do EF	2001	80,0	73	13,4	11,3	6,6	15,7
	2005	80,6	70,7	12,5	12,1	6,9	17,2
	2007	75,9	-	21,0	-	3,1	-
4ª série / 5º ano do EF	2001	83,4	76,2	7,1	5,7	9,5	18,1
	2005	79,7	75,7	13,6	11,8	6,7	12,5
	2007	86,7	-	12,8	-	0,5	-

Quadro 3: Taxas de Rendimento do Diurno - Sistema Municipal de Ensino - Cabedelo/PB

Fonte: INEP/MEC/Indicadores Demográficos/EDUDATA BRASIL

Vê-se, de acordo com os dados acima, que nos primeiros anos de atuação do IAS na política educacional do município, os resultados não apontaram melhorias expressivas nas taxas de rendimento. Esse contexto é alterado devido às questões que envolvem a execução e acompanhamento dos programas de alfabetização e correção de fluxo que tem na promoção automática a solução da retenção discente. Esta por sua vez, endossa o comprometimento qualitativo da aprendizagem, tornando o fracasso escolar evidente dentro do SME devido ao baixo rendimento expressado nas taxas de reprovação e abandono.

É relevante apontar que no período 2005-2007 na 3ª série (4º ano) do ensino fundamental a TR aumentou significativamente, conforme mencionado anteriormente, em relação à proporcionalidade de diminuição do abandono e da reprovação para que ocorra o aumento da aprovação. Este pode ser considerado um exemplo empírico do comprometimento qualitativo dos resultados obtidos.

Analisando o processo de regressão da TR nas séries iniciais do ensino fundamental vê-se que a diminuição da retenção na 1ª série (2º ano) causou impacto direto no desempenho da 3ª série (4º ano). Tal fato pode ser explicado a partir da adoção do programa de alfabetização e correção de fluxo, pois na preocupação de reduzir a taxa de distorção idade-série não foi levado em conta à relevância de um acompanhamento paralelo ao fluxo regular dos discentes readaptados advindos dos Programas Se Liga e Acelera; transferindo dessa maneira o gargalo de retenção da 1ª série (2º ano) para a 3ª série (4º ano). Tal fenômeno também pode ser observado na 4ª série (5º ano) sem gerar, por enquanto, grandes prejuízos ao SME.

Um sistema educacional que reprova sistematicamente estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse, caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo aprendessem (FERNANDES, 2005).

Os resultados obtidos no IDEB pelo município estudado apontam que houve um aumento no desempenho acadêmico, conforme gráfico que se segue. Inclusive, a elevação no índice foi mais significativa do que o crescimento médio estadual e nacional - o que de imediato garante empiricamente uma ascensão quantitativa do SME.

Ao aprofundar a análise conjuntural do SME de Cabedelo/PB compreende-se que o aumento do IDEB possibilitou a projeção do município entre os melhores índices de desempenho acadêmico no Estado e que por isso seu IDH-E apontou melhoria no referencial de desenvolvimento humano da região, como da mesma maneira apontaram outros municípios onde se evidenciou essa mesma tendência.

## **Relação do desempenho acadêmico das séries iniciais do Ensino Fundamental em Cabedelo/PB entre o INEP/MEC e o SIASI/IAS**

Relacionando os índices de desenvolvimento do município à política educacional implementada juntamente com o IAS são evidenciadas incongruências no desempenho do sistema de ensino no município conforme apontam, a seguir, as projeções gráficas da taxa de reprovação (TR) a partir da analogia dos resultados do INEP/ MEC e do IAS/SIASI; questões estas que movem a base investigatória desse estudo. Afirma João Batista Araújo e Oliveira (2002:36):

É muito difícil isolar a questão da repetência e sua solução dos problemas gerais e da evolução das políticas de educação. No entanto, apesar da sua relação com todas as demais mazelas da educação, o problema da repetência (não a sua solução) sempre recebeu destaque. (OLIVEIRA, 2002:36)

É relevante ressaltar que a taxa de reprovação (TR) no SME de Cabedelo/PB apresentou variações percentuais nos anos de divulgação do IDEB, isso se deve ao fato da mensuração estatística de ambas as instituições apresentarem caracterizações próprias. O que torna evidente com isso é que a TR é reconhecida pelas partes como um desafio a ser vencido no município, pois ainda apresenta números significativos e que comprometem os resultados pelo município.

Ambas as instituições apresentam modelos de avaliação externa: o IDEB com o Prova Brasil e Saeb, enquanto o SIASI através do Circuito Campeão e parceria com a Fundação Carlos Chagas também executam tal processo consolidando os resultados em quadros de registro avaliativo.

A problemática da TR na 1ª série do ensino fundamental foi evidenciada pelas duas instituições. No primeiro ano de implementação do IDEB tal fator comprometeu o desempenho do SME devido à desproporcionalidade causada nos resultados das séries subseqüentes.

Por outro lado, notou-se também que os resultados apresentados pelo IAS foram, em 2005, superiores aos do MEC, o que se deve principalmente ao fato da aplicabilidade dos instrumentos de controle e monitoramento pedagógico, cujas variáveis são mensuradas com mais detalhes, conforme mostram os quadros de registro avaliativo.

Em 2007, os índices do SIASI aproximaram-se dos do MEC evidenciando uma maior homogeneidade no SME. Nesse sentido os resultados mostram um certo crescimento de produtividade do SME devido à diminuição da taxa de reprovação na 1ª e 2ª série. Todavia, esses dados mostram também que houve uma transferência de retenção do fluxo da 1ª série para a 3ª série do Ensino Fundamental. Isso deve servir de alerta quanto a possibilidade de se estar aprovando alunos sem a devida qualidade, a exemplo dos processos de promoção automática incentivados por alguns sistemas de ensino.

Portanto, pode-se afirmar que ainda perduram fragilidades na estrutura do SME, pois a transferência de retenção do fluxo acadêmico da dispersão no acompanhamento discente após a correção de distorção idade-série pode ser indicada como aspectos relevantes dessa realidade, conforme se vê no quadro abaixo.

Ensino	2005		2007	
	IAS	MEC	IAS	MEC
<b>Fundamental</b>				
<b>1ª série</b>	42,2	31,8	29,6	29,9
<b>2ª série</b>	26,7	22,2	14,8	17,8
<b>3ª série</b>	21,7	12,5	16,8	21,0
<b>4ª série</b>	22,1	13,6	8,5	12,8

Quadro 4: Taxa de Reprovação 2005/2007

Fonte: Os autores com base em dados do SIASI e MEC - 2005/2007

Um dado extremamente importante que deve ser destacado é que a queda nas taxas oficiais de reprovação, fornecidas pelo MEC/INEP, são bem menores que as do SIASI. É muito provável que o IAS, no entanto, faça questão de publicizar seus próprios resultados, apresentando-os como extremamente eficientes quando, de fato, não são tão fortes como se pode perceber.

A progressiva melhora do SME de Cabedelo/PB quando relacionada à estrutura do trabalho desenvolvido entre os anos 2005-2007 evidencia que o controle intensificado na gestão e no processo externo de avaliação sugere o crescimento do índice de desempenho, porém não garante a totalidade das melhorias qualitativas.

Nessa ótica de gerenciamento da educação municipal, é provável que seja intensificadas as medidas de monitoramento do SME e tratadas segundo as variáveis que comprometem os seus resultados, como por exemplo: o acompanhamento do desempenho dos alunos em distorção idade-série, advindos do programa de correção de

fluxo, após retornarem ao ensino regular deve ser efetivado de forma a detectar previamente os pontos de estrangulamento do desempenho do SME evitando assim a transferência da TR para os anos subsequentes, como constatados nesse estudo.

Além de ser também necessário o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e controle da segunda fase do ensino fundamental – 5ª a 8ª série, bem como o ensino fundamental noturno, considerando que os maiores índices de fracasso escolar são apontados neste último e que o IAS não propõe intervenções sistematizadas nestes setores. Desta forma estas ponderações possibilitariam a homogeneidade dos resultados do SME e conseqüente melhora qualitativa no funcionamento do mesmo.

### **Considerações Finais**

Buscou-se apresentar neste artigo uma análise conjuntural dos índices de desempenho do município de Cabedelo/PB, consolidados pelo MEC/IDEB e IAS/SIASI, além de relacionar tais resultados à taxa de reprovação (TR) do SME. Os dados mostraram uma variação significativa em relação a TR em Cabedelo na 1ª fase do ensino fundamental nos anos 2005 e 2007 – período de mensuração do IDEB - quando comparada entre o MEC e o IAS, refletindo no índice de desempenho uma melhora quantitativa evidente quando consolidado no *ranking* dos melhores índices de desempenho no Estado.

As tecnologias e instrumentos utilizados pelo IAS possibilitaram um crescimento vertiginoso no índice de desempenho da educação básica do SME – Cabedelo/PB num curto espaço de tempo. O monitoramento da gestão e a apresentação de uma política educacional voltada para os resultados permitiram que a primeira fase do ensino fundamental diurno superasse as marcas do fracasso escolar.

A efetivação da parceria do IAS com o município de Cabedelo/PB serviu para alterar a realidade educacional de maneira efetiva, conforme se observa nos índices de desempenho nos anos base do IDEB. A implantação das tecnologias e programas indicou a adoção de uma prática baseada essencialmente num modelo de gerenciamento empresarial, o que de imediato contribuiu para sistematizar o trabalho da gestão escolar e do próprio sistema.

Para os neoliberais a crise da educação é a crise do gerenciamento das escolas. Desse modo, a intervenção dos atores privados no espaço público visa introduzir formas mercantis de controle e administração da *res publica*. Tratar-se-ia, portanto, de



“ensinar” à escola pública a velha e boa maneira de auferir lucros. Considerando, porém, que o ente público não se move pela busca de dividendos financeiros, dimensiona-se a produtividade do sistema escolar em termos de maior rendimento escolar, a exemplo da aprovação.

Melhorar as taxas de transição constitui-se em objetivo nobre. Mas não é essa questão que está em jogo. O que os “parceiros” privados procuram é disseminar esse formato gerencial como mecanismo eficiente e eficaz para se alcançar um ganho de produtividade escolar, sendo não somente a melhor maneira de atingir tais objetivos como também a economicamente mais rentável por não implicar em aumentos dos custos educacionais. Desse modo, introduz-se, de forma subliminar, uma nova cultura que enfatiza as benesses da gestão privada, tecnicista e produtivista, deixando em segundo plano, o pensamento crítico e a formação para a cidadania.

---

<sup>1</sup>Nomeadamente pela introdução de currículo e exames nacionais.

<sup>2</sup> Esse é o termo utilizado pelo IAS, nos programas de alfabetização e correção de fluxo para tratar os exercícios que são realizados em casa pelo aluno. João Batista Araújo e Oliveira (2002:87) aponta que *‘as tarefas de casa têm triplo objetivos: promover a fixação, retenção e aplicação dos conhecimentos adquiridos; avançar com atividades e preparativos relevantes para o andamento dos projetos e criar o hábito de estudo diário’*.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F.L. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. São Paulo: FGV, 1999. p.189.

ADRIÃO, T.M.F. *Autonomia monitorada como eixo de mudança: padrões de gestão do ensino público paulista (1995-1998)*, 2001. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da USP, São Paulo.

AFONSO, A. J. *Políticas educativas e avaliação educacional para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995)*. Portugal: IEP/CEEP/Universidade do Minho, 1998.

AFONSO, A. J.. *Avaliação educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 115.

APPLE, M. W. *Interromper a direita: realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora*. In: Revista Currículo sem fronteiras. V.2, nº1, jan./jun. 2002. p.80-98.

AZEVEDO, J. M. L. de. *Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal*. In: Revista Educação & Sociedade, Campinas, v.23,nº80, setembro/2002, p. 54.

SIASI - Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações. Disponível em [www.redevencer.org.br](http://www.redevencer.org.br). Acesso 19/12/2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. IDB - Índices Demográficos Brasileiro, 2008. Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) , acesso em 08/01/2009.

BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, DF, 1995. p.04

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Fundação João Pinheiro – FJP. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*, 2007.

PEREIRA, L. C. B. *Reforma do Estado para a Cidadania*. Brasília: ENAP. São Paulo: Editora 34, 1998. p.15.

DELORS, J. Educação: *Um tesouro a descobrir*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília,DF, MEC:UNESCO,2006.

FERNANDES, R. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, Estados, Municípios e Escolas*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

INSTITUTO AYRTON SENNA. *Sistemática de Acompanhamento Gestão Nota 10*. São Paulo: Global Editora, 2008.

OLIVEIRA, J. B. A. e. *A Pedagogia do Sucesso: uma estratégia política para corrigir o fluxo escolar e vencer a cultura da repetência*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2002.

PEREIRA. Mª Arleth. *Impacto da cultura de mercado na Educação*. Revista Iberoamericana de Educação (ISSN1681-5653) nº42/6 – 10 de maio; Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), 2007 – p.02.

WHITTY, G. *Controle do currículo e quase-mercados: a recente reforma educacional na Inglaterra e no País de Gales*. In: WARDE, M.J. (Org.). *Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas*. São Paulo: PUC, 1998. p. 193-213.